

**O novo e o velho mundo na Antiguidade, uma síntese comparativa dentro do debate teórico da história do urbanismo**

*Marcio Luís Baúso de Figueiredo*

Este trabalho busca uma síntese do estado da arte das discussões teóricas sobre o desenvolvimento cultural do chamado processo civilizatório, em relação ao processo do fenômeno urbano no mundo antigo. Visa debater a relação entre a proposta da Revolução Neolítica, a partir da lista qualitativa produzida pelo arqueólogo Gordon Childe no início do século XX, e sua relação intrínseca com o surgimento das cidades e dos processos de urbanização. Para tal, como apresentado, utilizaremos comparativamente vários modelos de ocupações urbanas referentes ao Mediterrâneo, a Mesoamérica e aos Andes; discutindo as principais visões na historiografia de alguns pontos específicos dos desenvolvimentos urbanos dos períodos, formativo e tardio andinos e das cidades gregas.

Os conceitos de urbanismo e de cidade são alvos de crítica pela historiografia por sua aplicação anacrônica aos fenômenos da antiguidade. São difíceis de definir. No entanto, nos parece impossível escapar da necessidade do uso (flexível) desses termos para referir conceitualmente aos aspectos da materialidade evidenciada no registro arqueológico. Da mesma forma, definir que tipos de assentamentos urbanos podem ou não ser adequados e referidos com essas terminologias<sup>1</sup>.

Para Gordon Childe, a partir de um viés teórico evolutivo marxista, as cidades são, símbolo e resultado final de um processo que denomina Revolução Urbana (Childe 2004 [1950]). Significa, um novo estágio econômico dentro do processo evolutivo linear da história das sociedades humanas pré-industriais, que do ponto de vista do Marxismo Teórico serve a todas as manifestações culturais da humanidade. Childe em seu texto de 1950, apresentou sua ideia de revolução em termos estruturais, econômicos e sociais, onde destacava que, esta, em particular, foi acompanhada paralelamente pelo aumento populacional.

Esse aumento populacional teria sido gradual, passando por vários estágios evolutivos, mas acima de tudo resultou do que denominou Revolução Neolítica. De acordo a Charles E.

---

<sup>1</sup> Apresentaremos inicialmente em que consiste a proposta teórica de Childe, para em seguida discutir brevemente o que é considerado urbano e cidade, e o que as diferenças e similitudes entre os diversos exemplos indicam dentro do debate teórico do início da urbanização e seu subsequente desenvolvimento na Antiguidade.

Orsen e Thomas C. Patterson, Childe partiu das mudanças ocasionadas pela moderna Revolução Industrial, e buscou demonstrar que outras grandes mudanças na História da Humanidade ocorreram como resultados de outras revoluções ou eventos que geraram o avanço (progresso) da humanidade (C. Orsen e T. Patterson 2004: 10).

O pensamento de Childe justifica o processo nos conceitos antropológicos de Selvageria, Barbárie e Civilização; estágios pelos quais todas as sociedades humanas passariam para alcançar a meta de grupo civilizado. Essas categorias eram aplicadas às diversas sociedades humanas a partir dos seus métodos de obtenção de alimento (Childe 2004: 107-108). Sociedades ditas selvagens, são aquelas que vivem da caça, pesca e forragem. Bárbaros, complementam essas práticas com agricultura e pastoreio incipientes. Finalmente, civilizados, são o resultado da Revolução Neolítica, que proporcionou aos homens controle sob suas bases de subsistência, intensificando as práticas da horticultura e pastoreio (C. Orsen e T. Patterson 2004: 10).

Além da descoberta de técnicas para a agricultura, a Revolução Neolítica envolve o processo de sedentarização a partir do surgimento dos primeiros povoados e vilas; o adensamento das populações, resultado gradual do excedente da produção agrícola e do novo modo de vida sedentário.

Retomando a Revolução Urbana, Gordon Childe apresenta a mencionada lista qualitativa de atributos que conferem a uma dada sociedade (ou a cada sítio arqueológico) um caráter urbano e o *status* de cidade. Abaixo apresentamos a lista de Childe na ordem elencada pelo texto *The Urban Revolution* (2004 [1950]), acompanhada de algumas inferências que julgamos importantes para a nossa discussão: 1) densidade populacional. Sinteticamente, a Revolução Urbana consiste no aumento de pessoas vivendo em um espaço próximo, e está diretamente ligada com o suprimento de alimentos para toda essa população; condicionado pelas tecnologias de produção, transporte e conservação levando em consideração os aspectos da geografia e do ambiente habitado (Childe 2004: 108); 2) especialização dos ofícios, possibilitada pelo excedente de produção. Especialistas concentrados 100% do tempo em suas atividades específicas, sustentados pelo acúmulo de alimento produzido no campo pela prática da agricultura; 3) concentração e controle dos excedentes, em algum lugar, um centro, e ou alguma figura social (chefia, rei, divindades, entre outros); 4) monumentalidade, entendida por Childe como símbolo da concentração e controle da produção e das práticas sociais; 5) divisão social em classes, discrepância na redistribuição de recursos e divisão de tarefas físicas e intelectuais. Remete ao critério 2 de especialização do trabalho, agora também com a especialização das atividades sociais (aqui se insere o conflito de classes do Marxismo Teórico); 6) e 7)

desenvolvimento científico/tecnológico e sua relação com o uso de sistemas de recordação (escrita e sistemas numéricos), Childe destaca a importância dos calendários que permitem um melhor aproveitamento à agricultura; 8) desenvolvimento artístico, remete novamente aos itens 2 e 5; 9) desenvolvimento do comércio, importação de produtos exóticos e base das relações entre campo e cidade, o comércio nessa visão é uma das veias pulsantes desse modelo; 10) por fim, o sedentarismo, que torna possível o desenvolvimento de todos os outros itens, e logo, das cidades.

Assim, no pensamento de Childe os conceitos de civilização e cidade são interconectados, já que esse estágio possibilitaria o surgimento das primeiras cidades. Povos civilizados correspondem a organização de grandes assentamentos com expressiva densidade populacional; organização social em cidades<sup>2</sup>.

Fustel de Coulanges (1864) discute o surgimento da cidade antiga por outra via, e em sua obra a relaciona intrinsecamente com a religiosidade: “A tribo, como a família e a fratria, estava constituída para ser um corpo independente, porque tinha culto especial, do qual os estranhos eram excluídos [...] Mas, assim como várias fratrias se haviam unido em uma tribo, várias tribos puderam associar-se entre si, com a condição de que o culto de cada uma fosse respeitado. No dia em que se fez essa aliança, a cidade começou a existir” (Coulanges 2006: 111).

Para ele, a cidade não é um ajuntamento de indivíduos. É uma confederação de vários grupos, separados em cultos domésticos e dos antepassados constituídos antes dela, que em determinado momento dão espaço ao seu surgimento. Uma vez que as famílias concordavam em se unir, e em adotar o mesmo culto, logo se fundava a cidade, para ser o santuário desse culto comum. Também a fundação de uma cidade sempre constituiu um ato religioso. Afirma que cidade e urbe não eram palavras sinônimas entre os antigos. A cidade era a associação religiosa/política das famílias e tribos. Enquanto urbe, era o lugar de reunião, o domicílio, e, sobretudo, o santuário dessa associação (Coulanges 2006: 117-118).

---

<sup>2</sup> Dentro dessa visão, cabe destacar que a grande diferença entre bárbaros e civilizados é que a Revolução Neolítica não cria a priori a Revolução Urbana. A produção de objetos manufaturados é doméstica e não haviam especialistas ou espaço para a divisão social do trabalho. No máximo, existiram semi especialistas ou especialistas itinerantes que migram de aldeia em aldeia. Nesse estágio intensificam-se o número de pequenas vilas e comunidades, mas não necessariamente cidades (Childe 2004: 109-111). No entanto, o exemplo de ÇatalHuyuk (sítio Neolítico na atual Turquia) coloca em xeque esta observação já que apresenta uma grande densidade e um suposto planejamento em seu assentamento (anexo 1). Da mesma maneira os estudos antropológicos atuais apresentam maior complexidade na definição e adequação de categorias de especialistas nas sociedades ditas primitivas, muito discutida na obra de Pierre Clastres (1980).

Para Fustel de Coulanges, a religião é o elemento chave para o surgimento das cidades. Essa visão, compreende o surgimento das cidades dissociado da visão de Childe, acerca das Revoluções Neolítica e Urbana determinada acima de tudo por fatores econômicos.

Max Weber, por sua vez, produziu um longo ensaio sobre a composição das cidades antigas em comparação com as cidades medievais e define os critérios que um assentamento humano deve possuir para ser uma cidade: 1) área defensiva; 2) um mercado; 3) leis e tribunais; 4) decisões políticas e 5) ao menos autonomia parcial, (Hansen 2000: 12). Para Weber, cidade é um assentamento que apresenta certo grau de densidade, e recusa ocupações dispersas ao longo de um território. O sustento da cidade está pautado na produção industrial/artesanal e do comércio possibilitando trocas pelos alimentos que não são produzidos pelos membros da cidade.

Frank Kolb estabelece critérios para a definição de o que é uma cidade: 1) unidade topográfica e administrativa do assentamento; 2) população de vários milhares de habitantes; 3) divisão do trabalho e diferenciação social bem definida; 4) diversidade de construções; 5) modo de vida urbano; 6) função do assentamento como centro de um entorno (Kolb 1992: 15). A presença ou ausência de tais critérios define na obra de Kolb que tipos de assentamentos urbanos ele considera cidades no mundo greco-romano.

Mogens H. Hansen (2000) discute exaustivamente a relação entre urbanismo, estado e cidades-estado. Assume a premissa da teoria evolutiva da urbanização e do estado onde, da revolução agrária resultam o sedentarismo e o crescimento populacional “[...] fatores que, novamente, pavimentaram o caminho para a urbanização assim como para a formação do estado. Que essa evolução é universal pode ser suportado na observação de que, como a urbanização, a formação do estado parece ter emergido independentemente [além do mundo clássico ocidental] em sete regiões diferentes, Mesopotâmia, Egito, Índia, China, África, Mesoamérica e América do Sul.” (Hansen 2000: 14). O autor relaciona ambos os processos de urbanização e formação do estado levando em consideração casos como a Escandinávia (durante a Idade Média) onde o estado surge antes do processo de urbanização (a ordem dos fatores não altera o produto e logo uma tem relação intrínseca com a outra).

Com base na síntese de Beatriz Florenzano em “Cidade e território na Grécia antiga: Organização do espaço e sociedade” (2009), entendemos que na perspectiva de Finley, aldeias, vilarejos, pequenos e grandes núcleos urbanos podem ser chamados de cidades. Ele assume, portanto, que o mundo Grego era conformado por cidades (Finley 1977: 3). O autor não é

adepto da criação de um conceito que sirva para todas as cidades, já que, nem sempre é possível incluir todas as variáveis sem excluir períodos e processos históricos em que existiram (Finley 1977: 6).

Ainda com base na síntese de Florenzano, Levi trata o fenômeno urbano de forma complexa. Para este autor, assim como para Finley, estabelecer critérios para definir o que é uma cidade não oferece respostas significativas para uma compreensão, ou mesmo explicação, do fenômeno: “Em verdade, o conceito de cidade é tão complexo que as causas da fundação, do crescimento e do abandono de uma cidade não podem ser estudadas sem se ter presente que, na história, não existe apenas racionalidade e coerência entre premissas e consequências e, portanto, as explicações unívocas não resistem, e também não os fenômenos análogos em tudo e classificáveis” (Levi 1989: 38).

No caso do mundo Grego, o surgimento das cidades e o processo urbano tem suas especificidades. Muitas vezes, as cidades gregas são traduzidas como cidades-estado ou como pólis. Ambos Whitley (2001) e Kolb (1992), criticam a associação direta ou tradução do termo pólis como cidade ou cidade-estado. Destacam que os gregos na Antiguidade se referiam ao assentamento urbano de uma pólis como *ásty*, que necessariamente, não carrega os componentes jurídicos e as dimensões políticas da pólis.

*Ásty* consistiria do núcleo urbano que cerca a acrópole. Suas áreas centrais se caracterizam pela ágora, edifícios de caráter público que abrigavam as atividades comunitárias e os templos às divindades. Também apresenta áreas residenciais (de diversos tamanhos e densidades). Muitas vezes, a existência de muros com suas respectivas portas circundando o núcleo da *ásty* são evidenciados no registro arqueológico.

Da mesma maneira, nos dois autores entendemos que o desenvolvimento urbano, o surgimento das cidades e da pólis, são processos paralelos distintos que as vezes se confundem. Kolb, particularmente, faz um extenso tratado discutindo as fontes históricas e arqueológicas. Demonstra que o fenômeno pólis não necessariamente envolve o desenvolvimento de um processo urbano que culmina em uma cidade para a existência da pólis.

Descrito por Pausanias (escritor grego do século II d.C.), o exemplo de Panopeo (aldeia da Grécia central) é interessante. O pequeno núcleo urbano é ausente de edifícios públicos bem como das funções tradicionalmente atribuídas a cidades. Ainda assim é considerada uma pólis por sua fronteira territorial que a separa de seus vizinhos, bem como por sua representação política própria na assembleia Fócia. Na visão de Frank Kolb, por ter um governo próprio e

autônomo com um território fixo (Kolb 1992: 61). Assim diversas cidades poderiam pertencer a uma única pólis como, por exemplo, o caso do *sinecismo* de Argos e Corinto no século IV a.C.

Whitley, especificamente, reforça o surgimento da casta guerreira hoplita como um marco social da pólis; a reforma hoplita teria sido em sua opinião o catalisador das reformas políticas que geraram as pólis. Logo, o surgimento dessas estaria entre os séculos VIII e VII a.C. (posterior ao início dos fenômenos urbanos). Em nossa opinião, talvez seja um processo histórico de formação contínuo, pois imaginamos que a pólis do século VIII, não é exatamente a do século IV a.C. clássico ou do século II d.C. de Pausanias. Todavia, para o autor trata-se acima de tudo de uma ideologia cidadã, e em confluência com Kolb, a pólis reflete comunidades que se auto governam. Incluem, portanto, pequenas comunidades rurais pouco ou em nada urbanas<sup>3</sup>.

De acordo com Beatriz Florenzano (2009) o assentamento urbano (*ásty*), e todas as suas construções e características “não necessariamente são os únicos componentes da cidade, no seu sentido de pólis”. Inclui o território além do assentamento urbano (a *khóra*) “a pólis era acima de tudo, uma concepção política. Quem constituía a pólis era a comunidade dos cidadãos (os *polités*), muito mais do que um centro urbano com todas as suas construções ou com suas fronteiras territoriais” (Florenzano 2009: 9). Com base nos textos referidos acima, entendemos por *khóra* o território exterior aos núcleos urbanos pertencentes as pólis gregas. Trata-se da zona rural controlada por uma pólis. A *khóra*, muitas vezes foi posta em uma posição periférica a pólis na historiografia, que privilegiou o olhar sobre os assentamentos urbanos propriamente ditos. No entanto, é crucial entender que esse espaço (*khóra*) era parte estruturante desse conjunto que forma a cidade grega antiga.

No projeto Labeca 2010 citando Brunet (2000: 32), vimos que: “No decorrer da época clássica e no início do período helenístico ocorreu o auge da ocupação rural em todo o Mundo Grego, o que significa que uma parte considerável da população das pólis vivia nos séculos IV e III a.C. no campo e não nos núcleos urbanos”. Muitos autores partiram do princípio de que a ênfase da produção de alimentos de uma população grega, predominantemente camponesa em sociedades pré-industriais, automaticamente expressaria níveis muito baixos de desenvolvimento urbano (Gat 2000: 126).

Como citado acima, tanto Whitley quanto Kolb discutem em seus textos quando surgem as primeiras cidades gregas. Azar Gat, com base em sua pesquisa (Starr, 1977; Snodgrass, 1991;

---

<sup>3</sup> O período clássico tem certa complexidade nessas relações de poder evidenciadas pela liderança de Atenas na Liga de Delos e de Esparta na liga do Peloponeso durante o conflito bélico entre ambas.

Morris, 1991; Hansen, 1993) afirma que a intensificação do processo de urbanização é paralela à formação da pólis, e assim como Whitley e Kolb a situa no período arcaico (750 – 500 a.C.). Para ele, os esforços de Hansen, de 1990-2000, resultaram demonstrar que apesar da ênfase da produção de alimentos nas pólis, estas tiveram um alto grau de urbanização (Gat 2000: 126). Compreende-se que os camponeses também viviam dentro das cidades em muitos casos.

O exemplo de Atenas (Anexo 2) é interessante, pois, mesmo sendo reconhecida pela historiografia antiga como a grande referência de pólis e da cidade grega antiga apresenta algumas singularidades. Tucídides narra que a maioria dos atenienses eram camponeses dedicados à agricultura e que viviam em sua grande maioria no campo no momento imediatamente anterior à Guerra do Peloponeso (Gat 2000: 127). Ao mesmo tempo, Atenas era uma das cidades gregas mais industrializadas e comercial (inclusive importava grandes quantidades de alimento) e detinha um território extenso (se considerado o território médio das pólis gregas e de outros modelos de cidades-estado do mundo antigo (Gat 2000: 127). Significa que para entender o núcleo urbano ateniense devemos levar em conta a interação com este vasto território (um modelo de cidade e de processo de urbanização menos rígido em si).

Azar Gat também levanta questões sobre a origem defensiva do processo de urbanização (Gat 2000). Nos parece que vai um pouco na linha de Weber, o qual determina o caráter defensivo das cidades como seu primeiro critério. Optamos por não discutir essa visão, dada a complexidade e extensão das discussões propostas. No entanto, destacamos a recorrência das muralhas e portões como uma constante no registro arqueológico, ao menos no entorno das zonas urbanas nucleadas. Achamos pertinente propor que, no caso de Atenas, não parece estranha a construção de uma grande muralha na sua hinterlândia no período clássico. Para nós, talvez demonstre o quanto a cidade se estende na ocupação do território.

Outras diferenças no processo de urbanização e do planejamento urbano no Mediterrâneo antigo apresenta-se por outras causas como o longo texto de Kolb nos apresenta (do arcaico ao período helenístico). Kolb apresenta dados da Grécia Balcânica e das colônias ocidentais e orientais. Além da questão da pólis discute nos exemplos citados os processos de desenvolvimento urbano, onde parece atentar bastante ao comércio e à produção especializada. Apresenta também uma discussão sobre os modelos de planejamento urbano, que retomaremos adiante.

Hans George Niemeyer (2000: 100) atenta para as diferenças entre o urbanismo das colônias gregas da Magna Grécia e fenícias no Mediterrâneo; por suas intenções coloniais. Para

o autor as colônias fenícias tinham um caráter de ocupação para o estabelecimento de rotas comerciais. Por outro lado, as gregas da Sicília e do Sul da Itália apresentam uma ocupação em busca de terras para o cultivo. Especificamente, Cartago, na visão do autor se caracteriza de forma bem distinta das outras coloniais fenícias, e por isso apresenta um modelo urbano diferenciado.

Dentre muitas definições de cidade e urbanismo, destacamos e tomamos como referência neste trabalho os conceitos de Michael E. Smith (2010 [2007]). O autor faz uma definição funcional onde “assentamentos urbanos são entendidos como centros cujas atividades e diversas instituições – econômica, administrativa ou religiosa – afetam vastamente o interior” (Smith 2010: 3). As cidades, portanto, são consideradas grandes centros urbanos que promovem uma diversificada gama de atividades e funções, enquanto que os centros urbanos que concentram menos funções ou as apresentam em menor escala podem ser classificados como povoados.

A maioria das cidades antigas ainda é classificada como não planejada (Smith 2010: 1). Como proposto por Adam T. Smith (Adam T. Smith *apud* Michael E. Smith 2010: 3) tratar o processo das cidades irregulares como orgânico se confunde com uma variação cultural e estética de planejamento urbano (Anexos 1 e 3). Ou seja, crescimento orgânico não é ausência total de planejamento, mas sim consequência de escolhas ou ênfase cultural em determinados atributos ou funções. Além disso, cidades planejadas com o tempo podem apresentar um caráter de organização irregular. Também, em palavras de M. E. Smith “mais planejada pode referir-se ao grau de coordenação e de padronização” (Smith 2010: 6), não necessariamente de redes viárias e lotes ortogonais, “existem graus de ortogonalidade, tal como existem graus de coordenação ou formalidade” (Smith 2010: 13).

De acordo com M. E. Smith devemos “ir além da visão tradicional de planejamento da cidade antiga por meio de uma rejeição de esquemas dicotômicos (planejadas vs não planejadas) em favor de uma ponderação de princípios espaciais para além do traçado ortogonal” (Smith 2007: 1). Para o autor, tratar o traçado ortogonal, princípio ocidental moderno e contemporâneo para o planejamento de cidades, como único tipo válido de planejamento urbano é etnocêntrico e ignora a diversidade produzida por uma grande pluralidade de povos da Antiguidade. Modelos ortogonais surgem na antiguidade, mas não são uma regra para o desenvolvimento urbano, da mesma maneira que nem sempre são as escolhas mais pertinentes em qualquer situação (Anexos 4 e 5).

Significa ir além da relação dicotômica entre crescimento orgânico não planejado de um lado e de traçado ortogonal e padronização como consequência de planejamento por outro. Nessa abordagem, o conceito de coordenação entre as edificações e os espaços, bem como a padronização das formas urbanas (por exemplo o estilo e a composição arquitetônica) são tratados como evidência de planejamento. Permite, inclusive, verificar a variação no grau de planejamento e em alguns casos definir com mais propriedade as funções de um assentamento.

Craig Morris chama de “urbanismo obrigado” centros urbanos que surgiram como produto da “planificação estatal centralizadora” inca nos Andes (anexos 3 a 7). Contrapõe a planificação com o surgimento “orgânico”, como consequência das necessidades estatais (Santillana 2013: 23). Não significa, porém, que qualquer centro urbano planejado (pensando na flexibilidade do conceito apresentada acima na proposta de Smith), especialmente os materializados em grades ortogonais ou semi-ortogonais, sejam produtos das necessidades de um Estado com tendências centralizadoras<sup>4</sup>. Acreditamos que outras funções e concepções, até mesmo estéticas, podem contribuir para esta diversidade de tipos de organização espacial.

Como atesta Craig Morris (Morris sem data: 43-45) não existiram regras estritas para a planificação urbana inca (mesmo cidades fundadas como imagem de Cusco se diferenciam da capital e entre si). No entanto é uma constante, vista na própria divisão radial de Huanuco Pampa (anexo 7) ou mesmo de Cusco (anexo 8), a divisão em metades, um exemplo inca da dualidade no espaço físico e na concepção de seus centros urbanos; modelo de ocupação espacial que remete à cosmologia e ao próprio modelo de organização social estudado por María Rostworowski em *Estructuras andinas del poder* (2000).

Nos estudos da Mesoamérica Nikolai Grube desconstrói a visão tradicional das cidades-estado maias como “centros cerimoniais vagos” (anexo 6). Faz a crítica da proposta de Eric Thompson de que a cidade maia não poderia ser de forma alguma uma cidade; centro cerimonial não urbano e parcialmente habitado (Grube 2000: 553). O autor apresenta que o estudo sistemático sobre os assentamentos maias tem demonstrado uma densidade populacional muito elevada correspondente a 10.000 pessoas para mais. Porém, dispersa, e não nucleada a área monumental das *plazas* e pirâmides (consideradas pela historiografia tradicional como centro dos núcleos urbanos). Muitos desses assentamentos dispersos apresentam inclusive especialização de produção; também a existência de pequenos núcleos residenciais (de duas a

---

<sup>4</sup> Inclusive, o grau de centralização política e administrativa alcançada pelos incas é questionável. Fenômenos urbanos como esses não necessariamente são uma regra imposta em todas as suas fundações. Da mesma maneira, não é comum verificar pela arqueologia a modificação dos planos urbanos existentes e ou a intensificação desse tipo de assentamento em territórios conquistados.

seis casas reunidas em torno de um pátio) esparsos associados à produção agrícola (Grube 2000: 554-6).

As discussões de Michael D. Lind no caso mixteca apresenta uma configuração parecida de dispersão ocupacional no território. Porém, com suas especificidades. Tipicamente as cidades mixtecas se localizam em áreas de montanha, apresentando o palácio do governante e um conjunto de templos no entorno de uma praça central (lembrando uma acrópole) e as casas dos residentes se encontram separadas nas partes mais baixas, padrão que parece se repetir inclusive em comunidades pequenas subordinadas aos centros maiores (Lind 2000: 572).

Na Mesoamérica, também há evidências de mercados e atividade comercial intensa em muitos dos assentamentos maiores. Do ponto de vista da densidade populacional, como citado acima, os centros urbanos em conjunto com seus territórios adjacentes eram intensamente povoados apesar da dispersão das unidades domésticas. Algo que dificulta a interpretação, também na arqueologia peruana, para a identificação desses povoados e das unidades residenciais nos centros urbanos é o tipo de material construtivo. As estruturas monumentais em pedra e mesmo em barro são facilmente evidenciadas (e foco das escavações e estudos arqueológicos) enquanto moradias rústicas, menores, feitas de materiais perecíveis não deixam marcas tão evidentes e logo também não recebem atenção por muitos arqueólogos. Além disso, é evidente no caso do Peru, no contexto atual, que muitas dessas áreas periféricas a *huacas* (referindo-se especialmente às plataformas piramidais de adobes e barro) são ocupadas por extensos campos de agricultura e ocupações urbanas modernas impedindo o trabalho arqueológico sistemático; conseqüentemente destruindo vestígios arqueológicos que certamente contribuiriam de maneira significativa para a compreensão do referido contexto.

De acordo com John V. Murra em *La organización económica del estado inca*, não se construíam aldeias em locais onde o terreno era fértil e propício ao cultivo; e as moradias estavam dispersas entre os campos de cultivo e *andenes*<sup>5</sup> (Murra 1989: 62).

Outro fator importante ao estudo das especificidades dos processos de urbanização do mundo antigo está na interação com o meio ambiente. As questões postas pela geografia e os fenômenos climáticos geraram uma grande diversidade de tradições culturais regionais no Peru antigo (Canziani 2012: 35). O mesmo é verificável para a Mesoamérica, o Mediterrâneo, o Oriente próximo e o extremo Oriente. E em nossa opinião, aparentemente, cada povo termina

---

<sup>5</sup> Nichos de cultivo construídos em harmonia com a natureza acoplados ao longo da encosta das colinas de forma escalonada e incrementada por complexos canais de irrigação. Técnica de engenharia muito tradicional nas ocupações serranas dos Andes Centrais e intensamente utilizadas durante o Horizonte Tardio Inca.

por gerar respostas um tanto próprias (inclusive aos processos sociais e históricos) quando comparadas a situações ambientais similares.

No que se refere aos pontos elencados da lista qualitativa de Gordon Childe e sua lógica para o desenvolvimento da Civilização, quando aplicada ao Peru antigo, se apresentam de forma muito peculiar. Durante o período Pré-cerâmico Tardio (aproximadamente entre 3.500 – 1.800 a.C.) foram produzidas estruturas monumentais, que sugerem um alto grau de organização das forças produtivas do trabalho (gerenciamento de recursos e de mão de obra)<sup>6</sup>. Na visão de Richard Burger, esse período apresenta dados que sugerem a construção monumental possivelmente desvinculada de aparatos coercitivos de Estados. E os princípios da cosmovisão dessas sociedades teriam servido de estímulo para a construção dos centros cerimoniais e canais de irrigação para o desenvolvimento da agricultura (Burger 1995: 28)<sup>7</sup>.

No Pré-cerâmico, não existem evidências materiais sólidas que apontem para a distinção social hierárquica. De acordo com Burger: “Em muitas sociedades, quanto maiores são as diferenciações social e econômica, maiores são os números de objetos materiais que representam essas diferenças de status. A ausência de tais marcadores no Pré-cerâmico, reciprocamente, sugere que o grau de diferenciação tenha sido muito pequeno” (Burger 1995: 34). Conclui que o prestígio social nesse tipo de sociedade era medido pela “generosidade, conhecimento do sagrado e pela sua capacidade de mobilizar mão de obra” (Burger 1995: 37). Para Michael Moseley, a organização se deu em um tipo de sistema de cargos. Indivíduos capacitados se alternavam dentro de tradicionais posições hierárquicas de liderança. Tal modelo, difere de sistemas, onde uma classe de elite herda os postos como é observado posteriormente em sociedades andinas como, por exemplo, a dos Incas (Moseley 1992: 107).

Em nossa dissertação de mestrado questionamos correlatos de uma reflexão que nos fazem automaticamente associar certos comportamentos ou padrões sociais às chamadas “sociedades igualitárias”. Nos perguntamos se devemos assim definir as sociedades do passado nas quais há uma suposta ausência de vestígios arqueológicos que inferem discrepância na distribuição dos recursos materiais. A vida em sociedade é marcada por conflitos, por exemplo, questões de gênero, de idade, de direito à palavra (também como de discurso político), etc<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Subentende um conhecimento técnico especializado de engenharia e arquitetura por parte de grupos e ou de indivíduos capacitados para o desenvolvimento desses grandes projetos.

<sup>7</sup> Segundo Michael Moseley, as representações iconográficas desse período estavam cercadas de conhecimentos e crenças religiosas; elemento chave para a comunicação simbólica inteligível para todos (Moseley 1992: 109).

<sup>8</sup> Sobre o assunto, tratamos com maior profundidade em nossa dissertação de mestrado (Figueiredo 2014).

O caso de Caral aproximadamente 4.500 anos A.P. é interessante para essa reflexão. Trata-se de um complexo de pirâmides escalonadas de proporções monumentais construídas em pedra e barro. A arquitetura de Caral apresenta um refinado conhecimento técnico de engenharia e supõe um esforço na organização da mão de obra para a conclusão do projeto. Um conhecimento técnico muito refinado, não apenas das escolhas técnicas para a construção da obra. Inclui técnicas antissísmicas, o que reflete um conhecimento profundo da geografia e dos fenômenos naturais próprios da região. Encontrado no registro arqueológico, o uso de redes de algodão e pedras foram utilizadas para reforçar a estabilidade das pirâmides em casos de terremotos. Com isso pode-se inferir o domínio da domesticação e do cultivo do algodão e a importância de seu uso já neste período para o desenvolvimento cultural e social nos Andes Centrais.

Destacamos também, a ausência da cerâmica em Caral, usualmente associada ao desenvolvimento da agricultura com o estoque e a circulação de excedentes que possibilitariam, uma proposta teórica tradicional, o surgimento do modo de vida urbano. Em nossa opinião, a ausência da cerâmica pode ser entendida mais bem como uma escolha tecnológica que como um desconhecimento tecnológico; reforçado pelo fato de que além do domínio do conhecimento da tecnologia arquitetônica em barro, o posterior uso da cerâmica nos Andes Centrais parece estar correlacionado à produção de bens de prestígio com um refinado conhecimento técnico visível na cerâmica formativa Chavín, Cupisnique, entre outras.

Com base em José Canziani (2012: 76-77) a maior peculiaridade deste sítio jaz no fato de que nenhum núcleo urbano foi encontrado dentro ou perto deste centro cerimonial contendo moradias ou oficinas de produção<sup>9</sup>. Da mesma maneira não foram encontrados cemitérios que possibilitem inferir o grau de hierarquia social e de controle da produção. Em suma, Caral em todo o seu esplendor deixa muitas perguntas e aquece o debate teórico sobre os critérios necessários para o desenvolvimento cultural e do urbanismo na Antiguidade. Principalmente da presença da monumentalidade e sua intrínseca relação com o desenvolvimento da agricultura intensiva e o desenvolvimento social (pensando nos critérios marxistas de Gordon Childe sobre o surgimento de Estados e das elites e dos conflitos de classes).

Outros sítios do período Pré-cerâmico da costa peruana como, por exemplo, Ventarrón em Lambayeque (aproximadamente 2.700 a.C.) apresentam o mesmo correlato;

---

<sup>9</sup> Exceto algumas pequenas estruturas adjacentes a algumas pirâmides que foram interpretadas como moradias; que podem ser na verdade pequenos locais de culto. Nesses recintos foram encontrados vestígios de oferendas de alimentos que foram queimados.

monumentalidade anterior ao uso da cerâmica, falta de evidências materiais de estratigrafia social e ausência de desenvolvimento de núcleos urbanos com especialização do trabalho. A interpretação do arqueólogo Ignacio Alva Meneses sobre a complexidade social em Ventarrón, expõe a importância dos modelos cosmológicos visíveis na iconografia dos períodos posteriores com ênfase na relação simbólica da paisagem local e do mundo natural.

Aproximadamente 3.000 anos depois de Caral a cultura mochica, apresenta evidências materiais de uma sociedade altamente hierarquizada, com base no controle ideológico por parte de elites especializadas, em relação às estruturas sociais e aos meios de produção (Castillo 2006: 129-130). Os contextos funerários e de oferendas mochica caracterizam-se por uma abundância de objetos de prestígio, apresentando considerável disparidade nas quantidades de artefatos suntuosos depositados nas tumbas de indivíduos das elites, em comparação aos enterramentos da população comum. A partir de tais evidências, pode-se inferir a diferenciação social.

José Canziani (2012 [2009]) apresenta um modelo evolutivo que dialoga a todo momento com as premissas de Childe, com grande influência da obra de Luis Guillermo Lumbreras (1972). Apesar da existência anterior da monumentalidade em Caral, Ventarrón e outros sítios, nessa visão, é no Formativo Médio-Tardio que o urbanismo se desenvolve de fato, a partir da especialização do trabalho e do início das estruturas de poder (Canziani 2012: 95-100). Para o período dos estados regionais, ou Período Intermediario Inicial na cronologia de John H. Rowe, com o exemplo mochica, Canziani associa o Estado ao surgimento das primeiras cidades, destacando a “interdependência existente entre a cidade e as organizações políticas, ou o Estado [...] este fenômeno deriva do fato de que a cidade se constitui na base fundamental do Estado para o exercício do poder em um determinado território” (Canziani 2012: 514).

Nos Andes Centrais a instância mais básica da ocupação humana e das relações sociais está no conceito de *ayllu*. Este é definido como um tipo de agrupamento social constituído como unidade política, formado por indivíduos relacionados por laços consanguíneos (Moseley 1992). As bases estruturais da produção e das relações sociais nos Andes se davam a partir de modelos muito peculiares pautados nas relações dos *ayllus* e suas chefias (*curacas*). Assim, um ou mais *ayllus* configuram um *curacado*, que envolve, portanto, uma conotação política a esse modelo de organização social e econômica.

É de se supor que os *ayllus* se organizavam como assentamentos humanos no espaço. Em Quéchua, o termo que pode se referir à “cidade” ou assentamento é a palavra *ilaqta*. De acordo com John Murra, um assentamento que controlava inúmeras *chacras* de cultivo era uma

*ilaqta* que se traduz livremente como “aldeia” composta de vários *ayllus* ou grupos de parentesco (Murra 1989: 62). Podemos estabelecer uma aproximação entre as lógicas de pólis com *ayllu*, num sentido político/identitário e de *ásty* e *ilaqta* como núcleo urbano populacional/residencial. Seguros de que o que é político e identitário para os gregos na pólis não necessariamente são os mesmos critérios e práticas para andinos em seus *ayllus*. Da mesma forma *ásty* e *ilaqta* não necessariamente se referem aos mesmos atributos para referir um núcleo urbano, e da mesma maneira como nos estudos clássicos gregos, existe uma dicotomia em definir qualquer tipo de assentamento humano nos Andes como *ilaqta*, ou apenas aqueles que levam certas características vistas como cidades; além disso é importante ressaltar que em alguns contextos ou quando relacionada a outras palavras, *ilaqta* pode ter outras conotações na língua Quéchuá que não necessariamente se relacionam com a definição apresentada acima.

A visão de Amos Rapoport (Smith 2010) destaca os referenciais cosmológicos, sociais e comportamentais que seguramente estão envolvidos no planejamento urbano antigo<sup>10</sup>. Também inclui orientações cardeais ou astronômicas, práticas comuns na Antiguidade verificáveis em diversas tradições urbanas no mundo antigo. Diversos tipos de mensagens englobam a ideologia do poder. Smith apresenta os três níveis de significado (Alto, Médio e Baixo) das mensagens contido no pensamento de Rapoport, mas que não vamos discutir especificamente neste trabalho.

Todavia, é interessante destacar, como no caso Andino é uma constante, aspectos da arquitetura e sua relação simbólica com o espaço natural que apresentam diversos elementos da influência da configuração dualista, tripartite e tetrapartite; dos espaços, do cosmos e da organização social, o que pode ser observado em diversos sítios arqueológicos. Ambos Chavin de Huantar e Cusco (Canziani 2012 [2009]), por exemplo, estão na junção de dois rios, onde dois cursos de água diferentes se juntam (o que pode ser interpretado como um *tinku*<sup>11</sup>) para formar um único rio. Como apontado por Richard Burger e Lucy Salazar, segundo os relatos, nos tempos incaicos, locais de encontro tanto naturais como culturais eram de grande importância do ponto de vista religioso (R. Burger & L. Salazar-Burger 1993: 101).

---

<sup>10</sup> É evidente que na maioria dos casos os arqueólogos não têm acesso direto a esses conteúdos. Bem como, aos objetivos, conceitos e ideias que envolvem as decisões de seus executores. Mas justamente, acredito, que é função dos arqueólogos mergulhar nos conhecimentos postos pela materialidade aliados as informações culturais e dos processos históricos (quando existentes) com o objetivo de interpretar tanto os padrões quanto as diferenças. Apesar das limitações e dificuldades, produzindo a partir dos dados analisados um conhecimento dos aspectos que conformam a história da humanidade. Buscando caminhos para uma compreensão da história e do comportamento dos seres humanos.

<sup>11</sup> Conceito gerado a partir do verbo *tinkuy* (encontrar) em Quéchuá, refere simbolicamente aos momentos de encontro, dentro de uma perspectiva cíclica, fundamentais à continuidade do equilíbrio cósmico.

A própria organização espacial dos *ayllus* andinos e seus respectivos *curacados* apresenta princípios da organização espacial dual e quadripartite. Talvez o exemplo mais claro dessa lógica é a divisão dual entre *Hanan* Cusco e *Hurin* Cusco que dividia os *ayllus* espacialmente, tanto quanto simbolicamente, do posto de vista social e de linhagem. A própria lógica do *Tahuantinsuyu* (traduzido pelos cronistas espanhóis dos séculos XVI e XVII como “império das quatro regiões”) reflete a importância desses conceitos na organização espacial e sócio-política incaica.

No Período Tardio nos Andes Centrais (com expressão máxima com os incas) o desenvolvimento de assentamentos urbanos de maior escala (em muitos casos planejados) não modifica por completo os modos de vida anteriores. Não necessariamente deixam de existir, próximos ou afastados destes centros urbanos, assentamentos sedentários de comunidades com características próprias de populações de pescadores, camponeses agricultores ou pastores. Além disso, a julgar pelas estimativas populacionais do *Tahuantinsuyu*, é evidente que esses centros urbanos planejados correspondem à minoria da população. Ou seja, a grande maioria vivia em pequenos assentamentos rurais espalhados por todo o território.

Os centros urbanos habitáveis incaicos como Huanuco Pampa, apesar de apresentarem na maioria dos casos um espaço habitacional considerável e especialmente de vivendas para elites, sua função definida como de centros administrativos mostra sua relação com o modo de vida das comunidades rurais (Morris, 2013).

Concordamos com Morris que existe um planejamento central do Estado inca ao conceber seus núcleos urbanos com um caráter administrativo e cerimonial do território, mais que, de centros de produção econômica artesanal ou residencial; ambas atividades são evidenciadas em diversos sítios como Huanuco Pampa, mas obviamente, nem toda a produção artesanal era feita somente nesses centros administrativos o que pode ser evidenciado no registro arqueológico de outros sítios contendo produção doméstica e pequenos ateliers. Assim como, nem toda a população que estava sujeita às relações de produção com um determinado núcleo urbano viviam dentro ou sequer perto do centro administrativo.

Destacamos o modelo econômico proposto por John V. Murra que trata da complementariedade dos pisos ecológicos. No livro *Formaciones económicas del mundo andino* (1975), escreve um capítulo chamado "El control vertical de un máximo de pisos ecológicos en la economía de las sociedades andinas". Neste, com base nos dados levantados das visitas a

comunidades indígenas por Iñigo Ortiz e Garcí Diez de San Miguel, sustenta um sistema econômico compartilhado por inúmeros grupos étnicos andinos, muito anterior aos incas<sup>12</sup>.

Nesse modelo, evidencia *ayllus* dispersos pelo território andino relacionados pelo parentesco; desde as montanhas e punas, até as áreas de selva tropical e da costa desértica. Afirma que cada etnia detinha uma zona nuclear de sua população como centro do poder político e da produção. No entanto planteia em seu modelo que em áreas periféricas existiam o que chama de ilhas ou arquipélagos espalhados por todas as direções cardiais a distâncias de dias ou mesmo semanas dos seus núcleos onde não estão sob controle de um único grupo étnico, mas sim, se caracterizam como zonas multiétnicas. Nelas estabeleciam rebanhos de llamas e alpacas, desenvolviam variados cultivos e exploravam diversos recursos aproveitando as particularidades dos climas, relevos, altitudes e demais fatores que possam ser considerados que influenciam na diversificação da produção.

Dessa forma os diversos pisos ecológicos eram ocupados por grupos de *mitmaes*<sup>13</sup> enviados as localizações estratégicas para assegurar funções da produção, bem como de práticas rituais, políticas e defensivas. A prática do sistema das *mitas* como modelo de tributação em mão de obra (posteriormente aproveitado e parcialmente modificado pelos colonizadores espanhóis) oferecia tanto a possibilidade de ocupações provisórias ou de pequenas “colônias” de *mitmakunas* em novas regiões durante o apogeu do domínio incaico. Apesar da distância de seus núcleos étnico-culturais originais conservavam seus costumes, direitos e laços com suas comunidades pelo parentesco. Não significa que dentro do processo histórico, essas comunidades não gerassem suas próprias particularidades e relações, independentemente do grau de tradicionalismo e de contato com seus parentes. Como apontado anteriormente, essas “ilhas” eram compostas por grupos étnicos, também políticos, distintos que claramente estavam em constante contato entre si estabelecendo trocas não apenas de produtos, mas também de ideias.

---

<sup>12</sup> Em seu trabalho John Murra destaca cinco casos específicos para sua hipótese; os Lupacas do Titicaca na Serra Sul, os Chupaychu de Huánuco na Serra Central, o reino de Chimor na Costa Norte, e diversos outros grupos da Costa Sul e da região das terras baixas selváticas andinas. Nesses casos demonstra diversos princípios dessa lógica de complementariedade de pisos ecológicos e da ocupação dos territórios dentro ou fora da lógica do controle vertical da paisagem.

<sup>13</sup> Com os incas esse modelo de ocupação possivelmente tomou proporções maiores e mais intensas à medida em que avançavam seus domínios nos Andes. Da mesma maneira recebe outras conotações como a transplantação de populações rebeldes em casos de rebeliões que estão registradas nas fontes etnohistóricas do período colonial hispânico.

Por fim destacamos a importância das questões levantadas rapidamente ao longo do texto referentes aos aspectos estruturais das relações sociais e econômicas do mundo andino (dentre outros aspectos gerais do universo da América indígena) para este debate teórico. Os princípios da reciprocidade e das relações de parentesco, bem como da ausência de uma noção de propriedade na lógica ocidental que conhecemos hoje, exerceram um protagonismo fundamental na lógica da ocupação dos espaços e das noções de territorialidade para os povos andinos pré-colombianos. Tudo isso, por assim dizer, oferece certas particularidades que devem ser levadas em conta para a compreensão do desenvolvimento urbano e do conceito de cidades quando comparamos os processos históricos da antiguidade no Novo Mundo e no Velho Mundo.

### *Discussão Final*

A Revolução Neolítica foi um processo gradual. Alguns milhares de anos estão entre a mudança do Paleolítico e do Neolítico, para os denominados períodos formativos e arcaicos. Assim, na longa duração, o desenvolvimento da agricultura, bem como a subsequente sedentarização, têm um papel fundamental em profundas mudanças nos padrões de assentamento e em transformações sociais nas culturas do Mundo Antigo (incluindo as Américas e o Oriente). Transformações reconhecíveis no registro arqueológico, mas que, no entanto, atendem a muitas especificidades.

Não é nada fácil definir todos os conceitos debatidos ao longo deste trabalho. Fiz, a partir de uma síntese bibliográfica sobre o urbanismo e a cidade no Mundo Antigo um exercício com a lista qualitativa de Gordon Childe, tentando demonstrar indiretamente em estudos de caso o quanto os arqueólogos estão ou não pautados nesse modelo. Não retomaremos aqui as conclusões de caso a caso, mas avançamos na reflexão sobre o uso de critérios analíticos para estabelecer categorias interpretativas do ponto de vista da Arqueologia.

Em ambos os trabalhos de Frank Kolb (Kolb 1992: 78) e James Whitley (Whitley 2001: 3 e 8), o conceito de cidade e urbanização apresenta atributos da lista de Childe. Ambos também destacam a todo o momento o papel do comércio e da indústria especializada (destaque para a cerâmica em Whitley) no desenvolvimento de centros urbanos. Muitas das ideias de Kolb estão fundamentadas nas propostas de Childe (Kolb 1992: 94 e 110).

Relacionam o surgimento da pólis e da cidade, no entanto, como processos paralelos distintos que se confundem. Kolb faz um gigante tratado discutindo as fontes arqueológicas e históricas do mundo grego e romano e determina que a pólis é anterior ao urbanismo e às

idades. Whitley propõe algo muito parecido e também reforça as mudanças sociais (ênfase na reforma hoplita) como marco do desenvolvimento da pólis. Kolb, admite alguns exemplos de cidades entre os séculos VIII-VII mas destaca que são poucos (Kolb 1992: 74).

Na arqueologia andina em geral, vigoram duas vertentes que dialogam entre si em determinados momentos. Podemos identificar uma tendência do materialismo histórico de Childe nas obras de Canziani e Lumbreras em atribuir o desenvolvimento urbano, em especial o surgimento de cidades atribuídas a especialização do trabalho e do espaço; e do surgimento das classes sociais e dos Estados. A segunda vertente, trabalha muito a questão da cosmovisão e sua lógica de organização social (que é pendular entre a verticalização e a horizontalidade do poder) como germe do urbanismo como visto em, Burger, Moseley, entre outros. Ambas visões se complementam, o que muda é a ênfase em seus critérios analíticos e as principais forças que motivam a reprodução dos processos de urbanização.

Em ambas arqueologias Clássica e Andina, parece evidente o caráter rural agrário das ocupações mesmo em seus períodos de maior esplendor urbanístico. Em ambas, estudos que contemplem essa complementariedade são recentes. Os esforços na arqueologia andina em identificar assentamentos menores, destituídos de monumentalidade é uma prática incomum (para não dizer inexistente). O urbano deve, portanto, contemplar também esse ponto de vista para uma compreensão mais profunda dos processos históricos marcados na materialidade.

A discussão apresentada em todos os exemplos mencionados, mostra o quão efêmero pode ser estabelecer critérios rígidos para definir processos de urbanização e surgimento de cidades. Da mesma maneira, parece pouco produtivo estabelecer um número x de critérios para qualificar de maneira monolítica o que vemos no registro arqueológico. No entanto, esses critérios são o que nos permite organizar e entender o mesmo. Talvez, estar preso a eles na interpretação seja o problema, especialmente em casos onde não encontramos exatamente aquilo que consideramos características básicas desses critérios.

A história da humanidade pode até conter alguns traços evolutivos em comum<sup>14</sup>, mas, é o contexto ou o processo histórico que desenrola todos os outros processos, por exemplo, de urbanização. Logo, acreditamos que a lista de Childe, ou critérios e categorias analíticas devem ser tomados mais como um guia para organizar nossos pensamentos do que um conjunto de regras a ser seguido. O mesmo se aplica a criação de modelos, úteis para serem testados em

---

<sup>14</sup> Evolução não como uma norma, mas como direções. Pois, para mim, envolve múltiplas alternativas em nada deterministas; tanto dos processos históricos, quanto da própria condição biológica de ser humano e ou de se viver em sociedade como discuti em minha dissertação de mestrado (Figueiredo 2014).

diversas situações no registro arqueológico, mas comumente problemáticos na medida em que forçamos um direcionamento para encaixá-los, buscando desesperadamente provar nossas próprias convicções.

No que diz respeito especificamente aos temas debatidos no trabalho, em nossa opinião, a palavra assentamento parece ser mais útil, bem como, menos problemática, ao designar áreas ocupadas por grupos humanos e seus conjuntos de estruturas arquitetônicas (monumentais ou não). Não exclui o uso de termos como cidade, núcleo urbano, cidade grega, centro cerimonial, entre outros, para a interpretação do assentamento; mas estas, em quase cem por cento dos casos, sempre necessitam, ou de uma grande flexibilização, ou que o pesquisador assuma critérios de atributos ou modelos; presentes *vs* ausentes.

Os termos específicos são importantes e igualmente imprescindíveis em muitos casos. Ajudam na interpretação das funções do sítio (ou de cada uma de suas estruturas), mas, de toda forma carregam essa subjetividade do olhar e das escolhas do arqueólogo.

Apesar de parecer contraditório, para mim é evidente que essa necessidade objetiva (por que não dizer cartesiana) de estabelecer conceitos, critérios, características (o que nos mantém dentro da cientificidade empírica), é por si, repleta de subjetividade. Esses critérios são criados a partir de nossos próprios olhares e concepções formados logicamente por nossa individualidade. Especialmente, de nossas escolhas de referencial teórico, em conjunto com o contexto de produção científica de nosso tempo<sup>15</sup>.

Em alguns casos a definição de um sítio arqueológico como cidade ou núcleo urbano será evidente (dentro dos critérios escolhidos), entretanto, em outros uma visão complementar, alcançando seus arredores (para além do núcleo urbano) é o que poderá explicar melhor a sua composição; via de regra compreender as especificidades dos fenômenos urbanos do mundo antigo despregada de preconceitos, onde os diversos exemplos demonstrados neste trabalho urgem por uma explicação.

---

<sup>15</sup> Gordon Childe, e suas propostas sobre o tema debatido neste trabalho, só pode ser entendido dentro do seu contexto de produção e pensamento. Isso não o torna distante e ultrapassado, ao contrário, uma referência a ser revisitada e debatida à medida que surgem novas descobertas arqueológicas e os debates teóricos próprios da arqueologia avançam.

### *Referências bibliográficas*

BURGER, Richard. Chavín and the origins of the andean civilization. London: Thames and Hudson, 1995 (1992).

BURGER, Richard; SALAZAR, Lucy. El centrosagrado de Chavín de Huantar. In: TOWNSEND, R. (ed.). La Antigua America: el arte de los parajes sagrados. México, 1993: 265-277.

CANZIANI, José Ciudad y território en los Andes: contribuciones a la historia del urbanismo prehispánico. (2ed) Fondo Editorial PUCP, [2009] 2012.

CASTILLO, Luis Jaime Origen, desenvolvimento e colapso das sociedades Mochicas. In: Tesouros do Senhor de Sipán Peru: o esplendor da “cultura” Mochica. Coordenação editorial Walter Alva. Stilgraf Gráfica e Editora, São Paulo, Brasil 2006: 125-135.

CHILDE, Gordon. The Urban Revolution. In: Patterson, T. E. & Orser, C. Foundations of Social Archaeology, New York, Altamira Press 2004: 107-116.

CLASTRES, Pierre A sociedade contra o Estado. 2a. ed., Livraria Francisco Alves Editora S.A., Rio de Janeiro, Brasil, 1982.

COULANGES, Fustel de. A Cidade Antiga. Tradução Frederico Ozanam Pessoa de Barros, 2006. <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/cidadeantiga.html> (1 de 447)5/6/2008 16:42:30

FLORENZANO, Maria Beatriz (coordenadora). A organização da khóra: a cidade grega diante da sua hinterlândia PROJETO DE PESQUISA, Labeca 2010: 1-26.

FLORENZANO, Maria Beatriz (coordenadora). Cidade e território na Grécia antiga. Organização do espaço e sociedade. PROJETO DE PESQUISA, Labeca 2009: 1-25.

FIGUEIREDO, Marcio. Política e religião no Tahuantinsuyu Inca: evidências das relações centro x periferia de Cusco na cerâmica arqueológica da Costa Norte peruana. 2014. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GAT, Azar. Why City-States Existed? Riddles and Clues of Urbanisation and Fortifications. In: A comparative study of Six city-state cultures: an investigation conducted by the Copenhagen Polis Centre. Mogens H. Hansen (ed.) Copenhagen 2000: 125-139.

GRUBE, Nikolai. The city-states of the Maya. In: A comparative study of thirty city-state cultures: an investigation conducted by the Copenhagen Polis Centre. Mogens H. Hansen (ed.) Copenhagen 2000: 547-565.

HANSEN, Mogens H. The concept of City-State and City-State Culture. In: A comparative study of thirty city-state cultures: an investigation conducted by the Copenhagen Polis Centre. Mogens H. Hansen (ed.) Copenhagen 2000: 11-34.

KOLB, Frank La ciudad en la antigüedad. Madrid Grevos, 1992.

LAWRENCE, Denise L.; LOW, Setha M. The Built Environment and spatial form. Anthropology. 1990. 19:453-505 Downloaded from [www.annualreviews.org](http://www.annualreviews.org)

LIND, Michael D. Mixtec City-States and Mixtec City-State Culture. In: A comparative study of thirty city-state cultures: an investigation conducted by the Copenhagen Polis Centre. Mogens H. Hansen (ed.) Copenhagen 2000: 567-580.

LUMBRERAS, Luis G. De los orígenes del "Estado" en el Perú. Lima: Carlos Milla Batres, 1972.

MOSELEY, Michael. The Incas and Their Ancestors. New York: Thames and Hudson LTD, 1992.

MORRIS, Craig. El palacio, la plaza y la fiesta en el Imperio inca. Fondo Editorial PUCP, [1971-2004] 2013.

MURRA, John V. La Organización económica del Estado Inca. México D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 1989.

MURRA, John V. Formaciones económicas del mundo andino. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1975.

NIEMEYER, Hans G. The early Phoenician City-States on the Mediterranean: archaeological elements for their description. In: A comparative study of thirty city-state cultures: an investigation conducted by the Copenhagen Polis Centre. Mogens H. Hansen (ed.) Copenhagen 2000: 90-115.

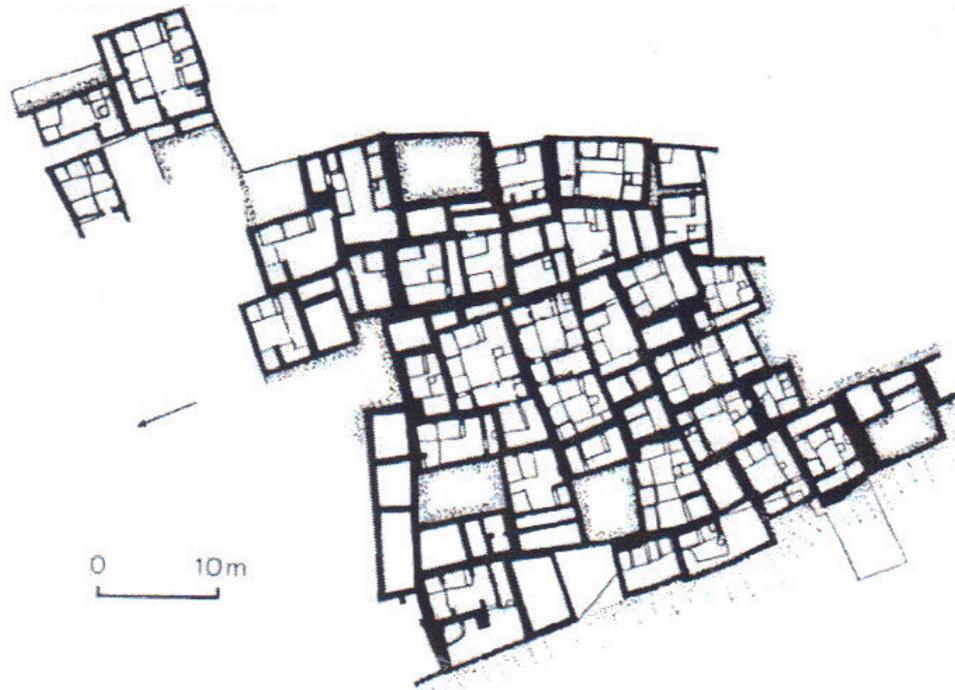
POZORSKI, Thomas & Shelia POZORSKI. Early complex society and ceremonialism on the Peruvian north coast. In: El mundo ceremonial Andino, (ed) Luis Millones & Yoshio Onuke. Senri Ethnological studies 37. National Museum of Ethnology, Osaka. 1993: 45-68.

ROSTWOROWSKI, María. Estructuras Andinas Del Poder: Ideologia religiosa y política. Lima: Instituto de Estudios Peruanos – IEP, 2000.

SMITH, Michael E. Forma e significado nas cidades antigas: uma nova abordagem para o planejamento urbano. (tradução Patrícia B. do V. Pontin), Journal of planning history, Vol 6, 1, Feb. [2007] 2010: 1-41.

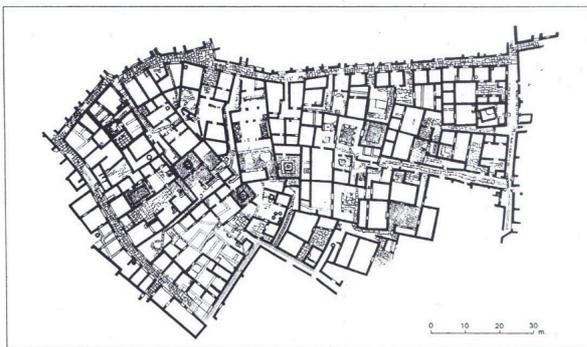
WHITLEY, James. A cidade, o estado e a pólis. The Archaeology of ancient Greece: The city, the state and the polis (tradução Maria Beatriz Borba Florenzano), [2001] 2010: 1-33.

## Anexo 1 – Planta de Çatal Hoyuk



**Figura 7: Planta de Çatal Höyük, uma cidade neolítica na Anatólia**

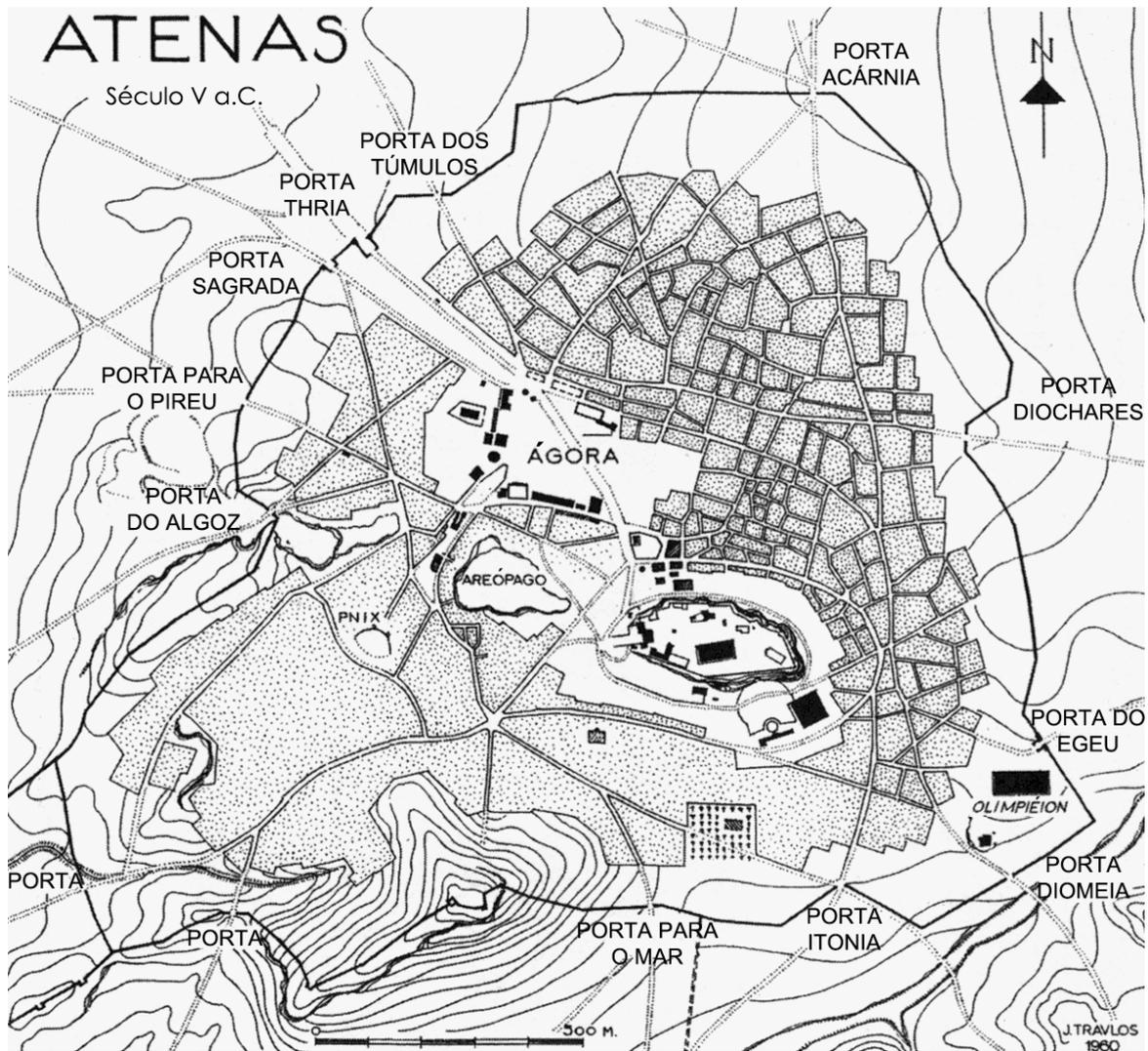
Imagem da planta com traçado semiortogonal, que de acordo a Smith pode surgir na ausência de um planejamento central. Destaque para o adensamento nucleado da ocupação no espaço sugerindo também densidade populacional (Smith M. E. 2010: 13).



**Fig. 24. Casas del «Barrio del Teatro» en Delos**

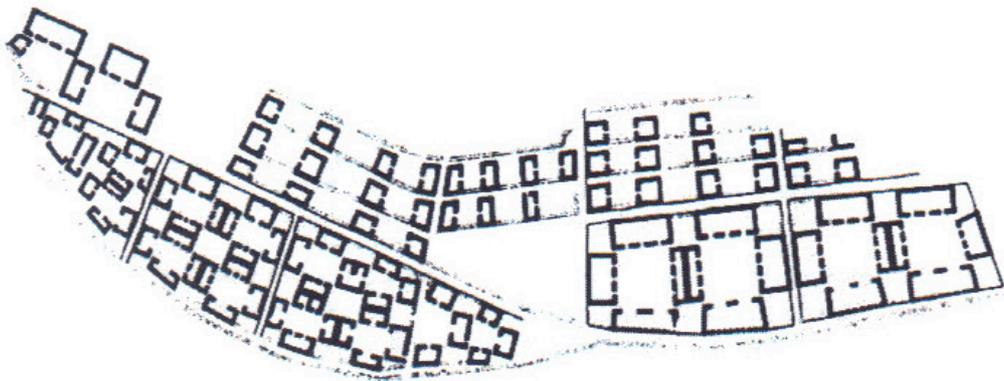
Planta com traçado ortogonal irregular em Delos (Kolb 1992: 38).

## Anexo 2 – Planta de Atenas



A Imagem da planta da cidade de Atenas é uma referência das cidades gregas planejadas em torno da Acrópole. Seu traçado é irregular e acompanha a paisagem. É um centro urbano nucleado e povoado com áreas residenciais (Fonte: imagem cedida por Maria Beatriz Florenzano).

### Anexo 3 – Planta da cidade inca de Patallaqta do Período Tardio



**Figura 12: Patallaqta, um assentamento inca, mostrando um esquema ortogonal distorcido**

Imagens de plantas referentes a um planejamento ortogonal distorcido criando ao menos duas ou mais zonas ortogonalmente planejadas. A distorção no plano ortogonal, pode ter diversas razões: adaptação ao relevo, estética, cosmografias, alinhamentos astronômicos, entre outras possíveis (Smith 2000: 16).

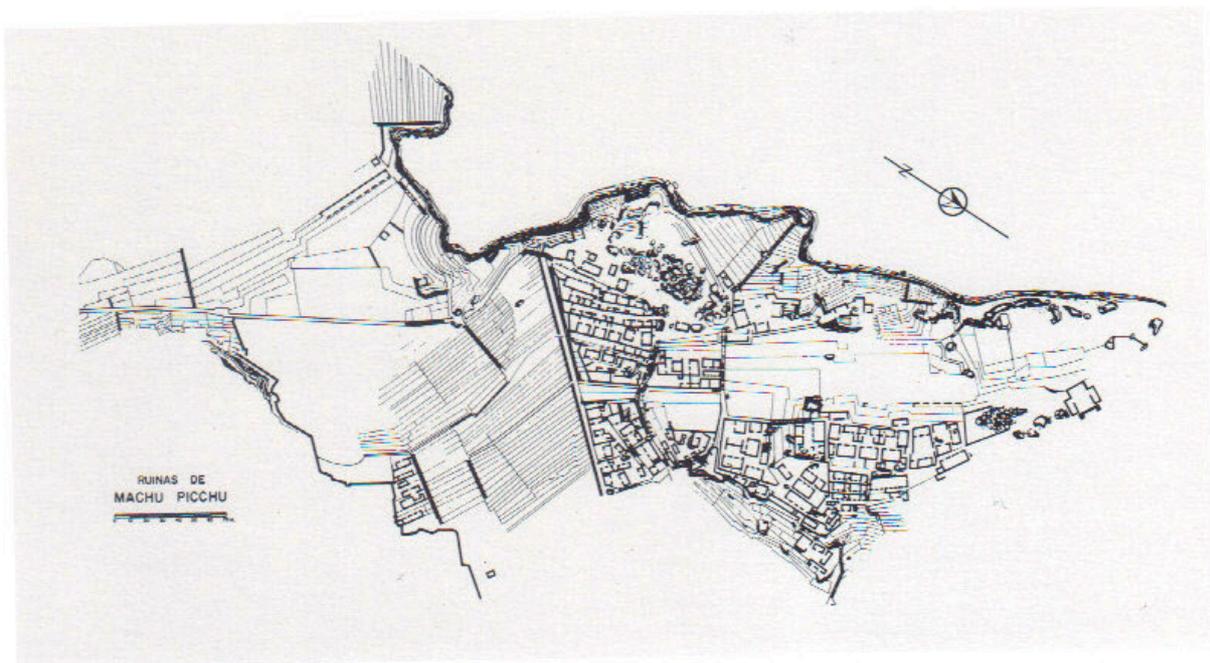
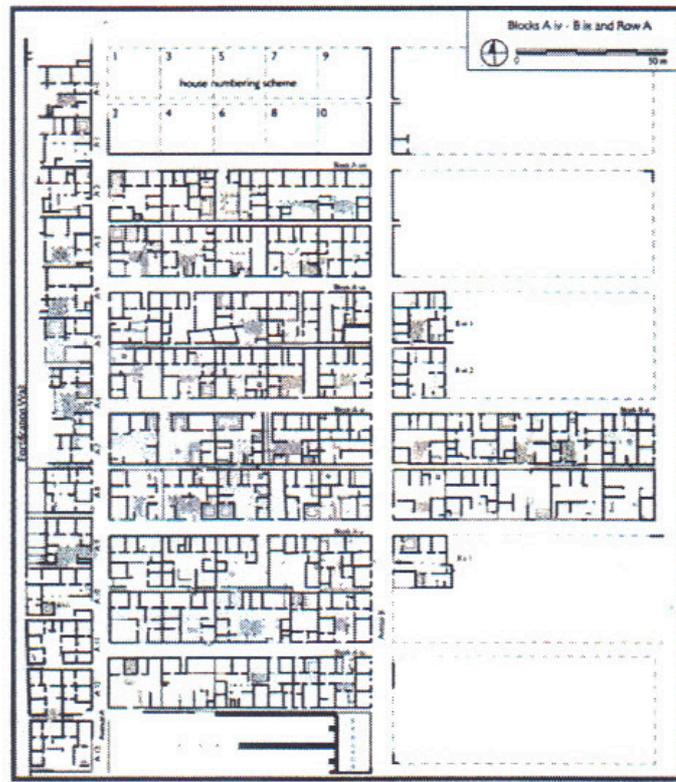


Imagem da visão do plano ortogonal distorcido de Machu Picchu; literalmente adaptada ao relevo da montanha, e de acordo à alguns estudos também por questões cosmológicas ou cerimoniais.

#### Anexo 4 – Planta da cidade de Olinto na Grécia Antiga



**Figura 14: Olinto, uma cidade grega, mostrando ruas e edifícios regulares**

Imagem de planta com traçado ortogonal regular, também chamado plano ortogonal modular. Apesar de um tanto raro, ocorre em diversas cidades na antiguidade, comumente associada aos acampamentos militares, colônias e centros administrativos provinciais. Também ocorre em cidades gregas e helenísticas (Smith 2000: 17).

## Anexo – 5 Planta de Mileto

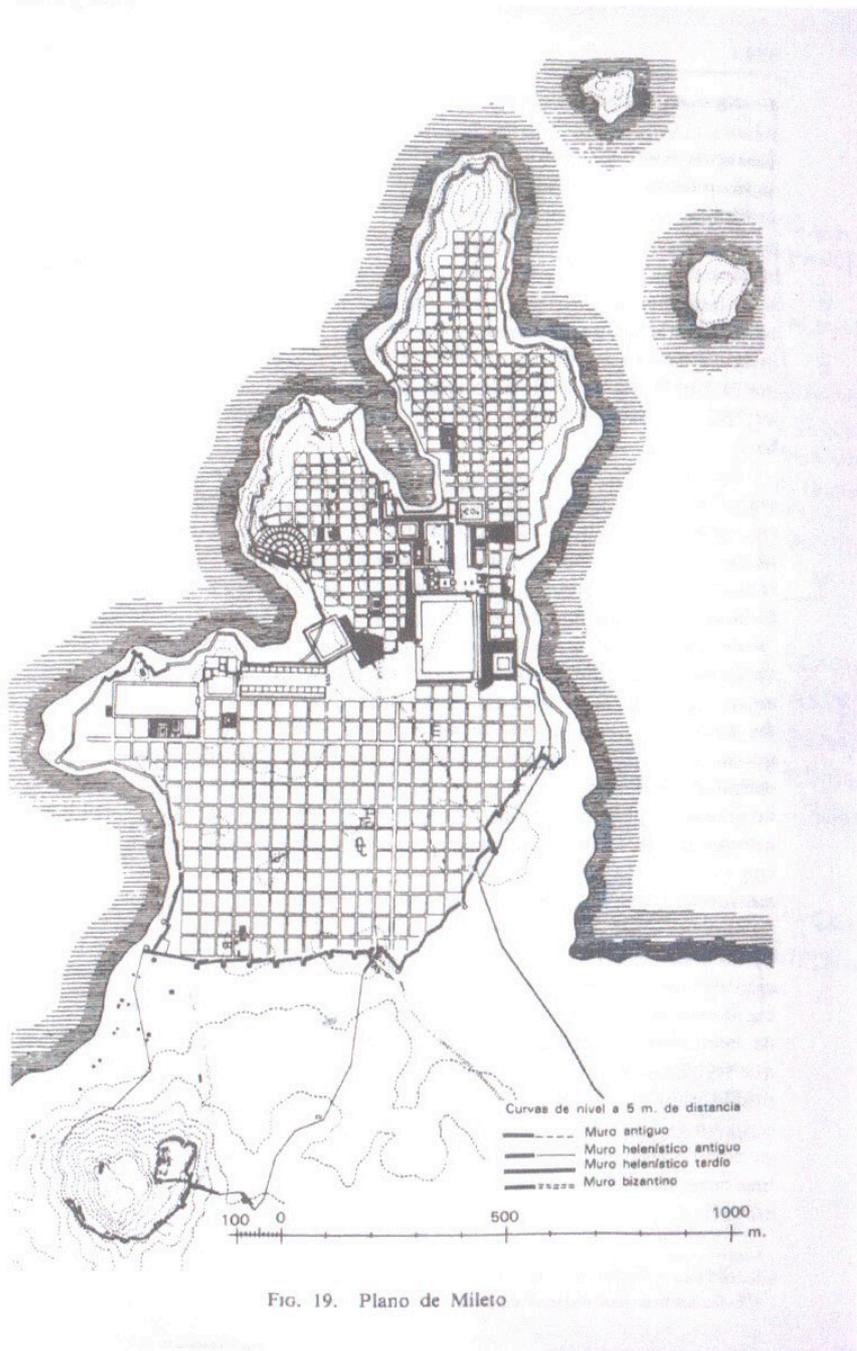
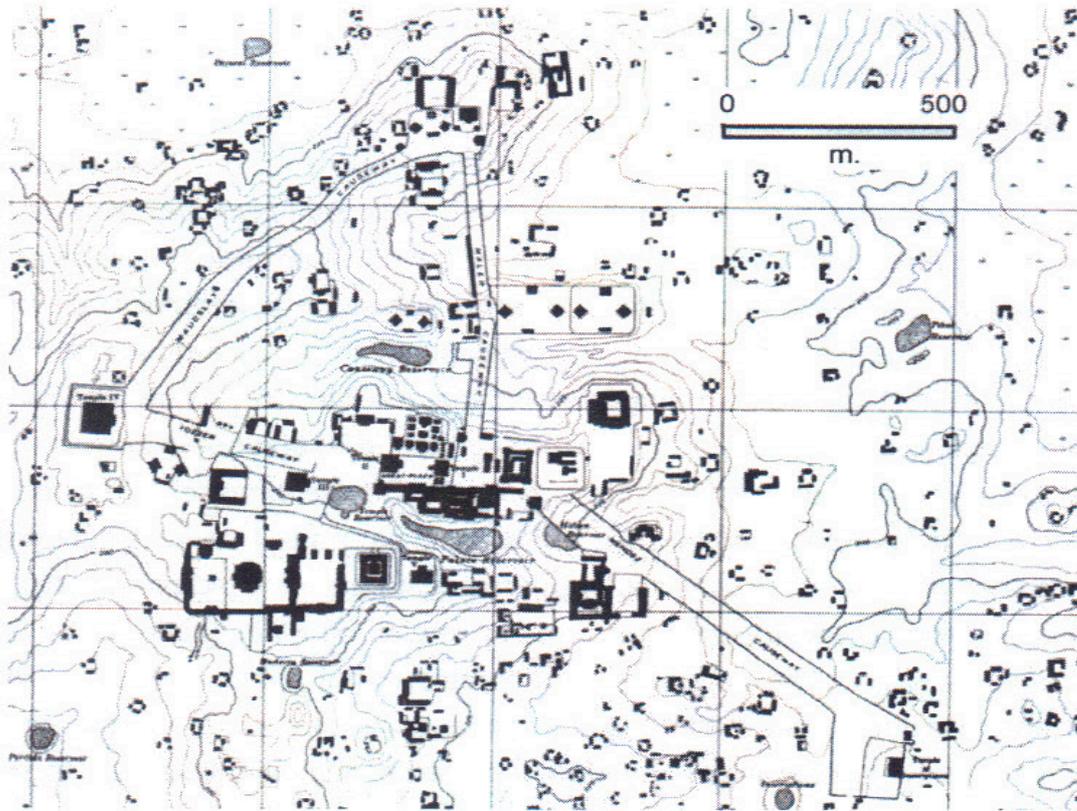


Imagem da planta da Nova Mileto reconstruída após sua destruição pelos persas em 494 a.C. Consiste de um traçado ortogonal regular bem definido como o caso de Olinto. (Kolb 1992: 117).

## Anexo 6 – Planta de Tikal (cidade Maia)



**Figura 19: O epicentro de Tikal, grande capital maia do período Clássico**

Imagem de Tikal, representando plano ocupacional planejado disperso do período Clássico Maia. A arquitetura pública concentra-se no bairro central ou epicentro. Consiste de um modelo de planejamento restrito ao epicentro (geralmente preenchido pela arquitetura monumental, templos, palácios, possivelmente outras vivendas de elites, ateliers e praças), enquanto a ocupação residencial se dá de forma dispersa e aparentemente não planejada ao longo do território (Smith 2000: 24).

Anexo 7 – Planta do centro administrativo inca de Huanuco Pampa

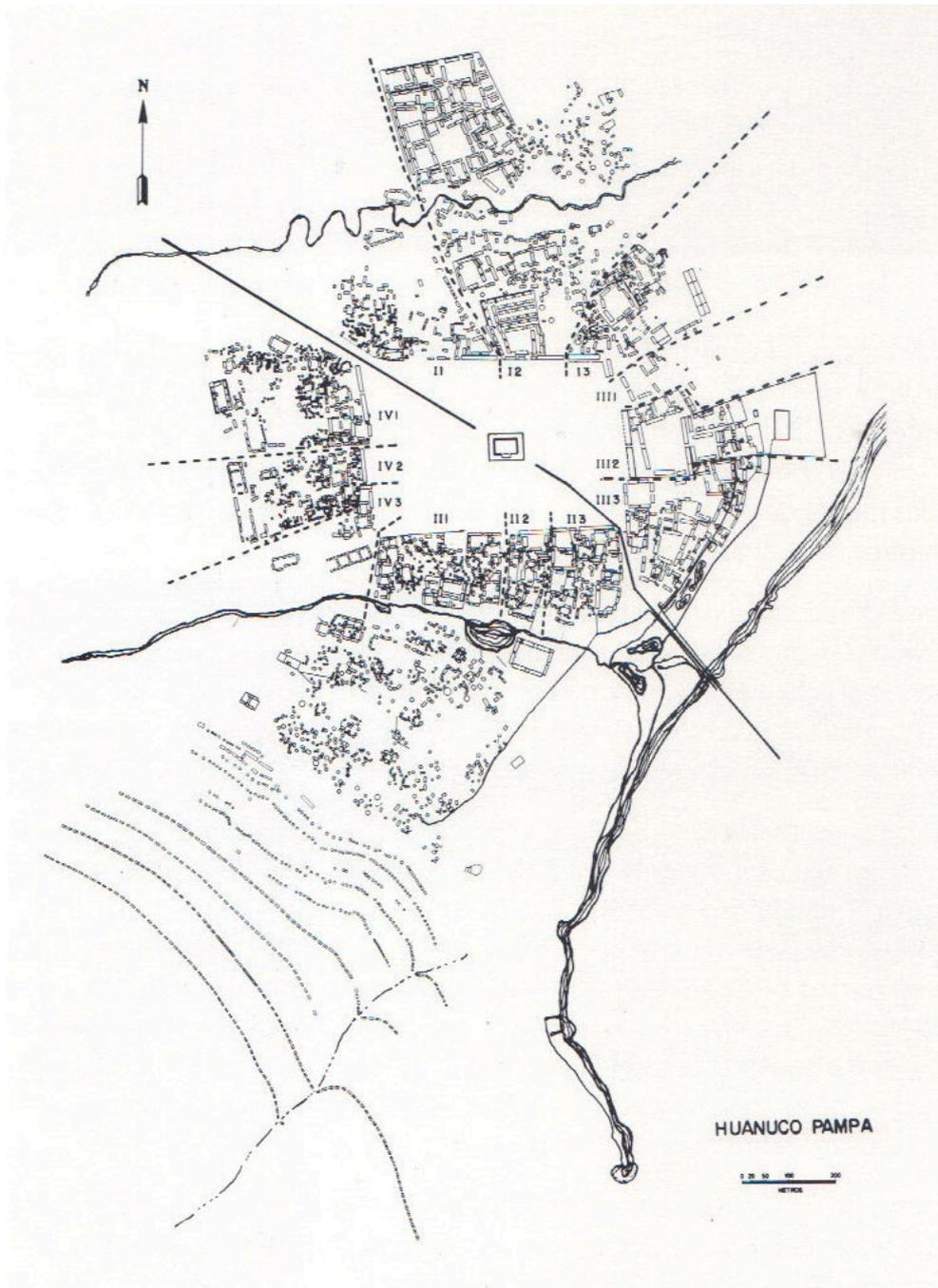


Imagem referente a planta planejada semiortogonal de Huanuco Pampa, centro administrativo e residencial nucleado na serra central do Peru, construído pelos incas. Apresenta divisão espacial dual e tetrapartite projetada a partir da praça central e em referência ao Quapac Ñan (caminho inca) e ao sistema de ceques cusquenho (Morris: 43).

## Anexo 8 – Plano da cidade e centro cerimonial de Cusco

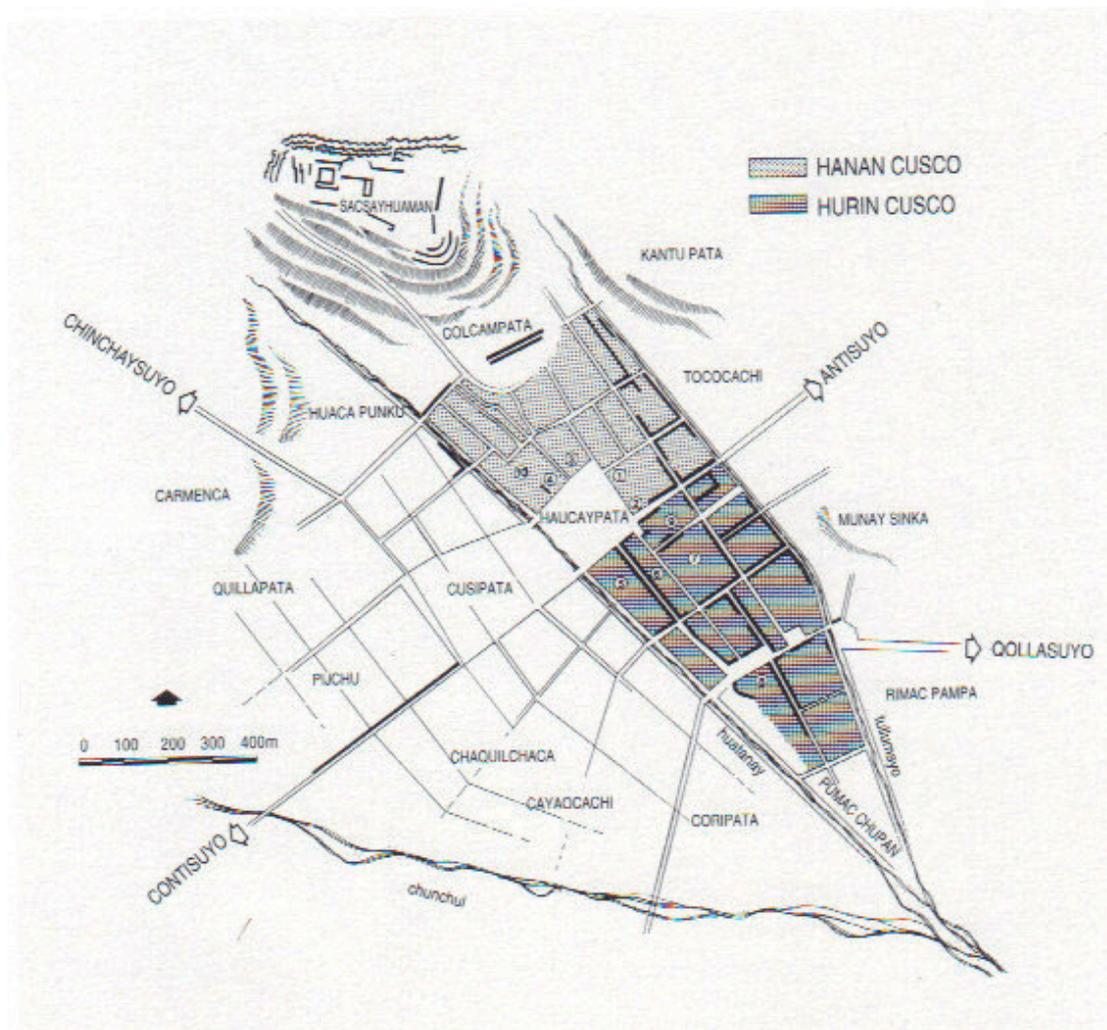


Imagem de Cusco, apresenta divisão espacial dual Hanan (acima) e Hurin (abaixo) e quadripartição a partir do eixo central do Coricancha (“recinto do ouro” – grande templo do Sol) projetada a partir da praça central e ao sistema de ceques cusquenho organizando seus planos ortogonais em relação as quatro regiões do Tahuantinsuyu (Contisuyu eixo Sul/Sudoeste; Collasuyu eixo Sul/Sudeste; Chinchaysuyu eixo Norte/Noroeste; Antisuyu eixo Norte/Nordeste (Morris: 43).